

Análise da Dinâmica da Ocupação e uso do Solo como Subsídio a Gestão Integrada de Zonas Costeiras: Estudo de Caso na Região Metropolitana de Fortaleza

Marco Túlio Mendonça Diniz & Fábio Perdigão Vasconcelos

LAGIZC/MAG, Universidade Estadual do Ceará, 60740-903, Fortaleza-CE, Brasil

tuliogeografia@gmail.com

(Recebido em 25 de dezembro de 2008; aceito em 25 de fevereiro de 2009)

Os trabalhos que se norteiam por uma Gestão Integrada das Zonas Costeiras, conforme proposta da UNESCO, necessariamente, devem realizar estudos de uso e ocupação do solo da área a ser gerida, e foi nesse intuito que nos sentimos motivados a realizar esse estudo em um distrito da Região Metropolitana de Fortaleza. Os procedimentos adotados foram: revisão bibliográfica e documental do histórico da ocupação da área; mapeamento do estado atual de uso e ocupação utilizando imagens do satélite Quickbird, tratadas no software Arcview 9.x e de uma verificação em campo com GPS. Foram encontradas diferentes formas de uso do solo, assim como diferentes atividades humanas que estimularam as recentes transformações do espaço. Dentre eles, o turismo é o principal impactante.

Palavras-chave: Litoral Cearense, Geografia Costeira, GIZC

The Integrated Coastal Zone Management works, as proposed by UNESCO, necessarily, should conduct studies on land use and occupation of the area to be managed, in that order we feel motivated to undertake the study in a district of the Metropolitan Region of Fortaleza. The procedures adopted were: literature and documental review of the history of the local occupation, mapping the current state of use and occupation using images from the Quickbird satellite, treated in the software Arcview 9.x and an investigation on the field with GPS. There were different ways of land using and various human activities that stimulated the recent changes in the area, the tourism is the main impressive.

Keywords: Ceará Coast, Coastal Geography, IZCM

1. INTRODUÇÃO

A Gestão Integrada das Zonas Costeiras é uma proposta da UNESCO que visa servir de subsídio a um uso dessas áreas especiais em todo mundo. Consideram-se, as zonas costeiras, especiais por abrigarem mais de 2/3 da população mundial, com todos os conflitos humanos advindos dessa densidade populacional, e tal pressão é imposta a ambientes, em sua maioria, altamente vulneráveis a ocupação humana.

Os conflitos de uso da zona costeira são ampliados quando populações autóctones são submetidas a novas lógicas de uso do solo que quase sempre vêm acompanhadas do fenômeno da especulação imobiliária que desloca e desaloja grupos sociais e acaba por provocar danos a cultura tradicional, dificultando a perpetuação de hábitos seculares.

Um dos passos a serem seguidos no processo de planejamento para a gestão integrada é o levantamento da realidade e dos possíveis conflitos de uso e ocupação do território a ser gerido. O trabalho, ora apresentado, visa fornecer um relatório que é parte integrante de um estudo interdisciplinar no âmbito da Geografia, o qual tem como meta principal servir de subsídio à aplicação de novas metodologias para a Gestão Integrada de Zonas Costeiras em nosso país, já que à proposta inicial da UNESCO cabe adaptação às realidades nacionais e até locais.

A unidade espacial escolhida foi um distrito de um município da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) (Figura 1), e esta unidade se justifica pelo tempo, recursos financeiros e humanos para realizar uma pesquisa com muitas variáveis no caso uma dissertação de mestrado. As variáveis da dissertação mensuraram desde elementos físico-naturais até a dinâmica ocupacional aqui apresentada. Os limites geográficos adotados são políticos e não naturais por se tratar de uma proposta de suporte para a gestão territorial. Dessa forma, é mais palpável que essa gestão seja implementada em um determinado domínio político, já que a idéia de consórcio público no Brasil ainda é algo por demais desconhecido e/ou praticado pelas esferas do poder

público. A pesquisa ambiental em Geografia permite um viés mais às ciências humanas ou às ciências naturais na delimitação da área de estudo, conforme os objetivos da pesquisa, nesse caso, a orientação foi por um critério social – o critério político-administrativo.



Figura 1 – Localização do Distrito de Jacaúna (IGUAPE)

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Os passos propostos pelo manual da UNESCO (2001) foram adaptados e executados da seguinte forma:

Através de uma pesquisa documental e da literatura técnica e científica sobre a área foi elaborado o plano de visita a campo onde foram verificadas e mapeadas as diversas formas de uso e ocupação nos setores do território distrital. Conversas informais com moradores tradicionais e empreendedores foram outros elementos bastante úteis na investigação das formas de uso do território.

Na confecção dos mapas de localização e de uso e ocupação do solo foram usadas imagens do satélite Quickbird de resolução espacial 0,6 m de 2004, tratadas no Software Arcview 9.x. Em campo, usamos GPS garmin e-trax para a coleta de pontos de controle (para identificação das unidades geoambientais e de uso do solo). A vetorização dos ambientes na imagem foi feita com uso do software Arcview 9.x. O mapeamento de uso e ocupação do solo também seguiu as recomendações do IBGE (2006).

3. ÁREA DE ESTUDO

O diálogo com os autores que trataram de estudos na área são apresentados em conjunto com os resultados de nosso trabalho a seguir.

3.1 Caracterização da área

Aquiraz tem sua sede distante apenas 25 km da capital cearense. O município é historicamente importante para o estado tendo sido a primeira vila do estado, com fundação datada de 1699, e foi também a primeira capital cearense, teve a primeira câmara municipal e primeira igreja matriz do estado, inaugurada no ano de 1713.

O município está localizado sobre a planície costeira e tabuleiros pré-litorâneos do Ceará. As unidades ambientais planície costeira são, em geral, vulneráveis a ocupação humana, ficando nos tabuleiros as terras mais propensas à ocupação humana.

Cardoso (2002) afirma que a proximidade à Fortaleza faz com que os moradores desconheçam as potencialidades do município. O autor afirma ainda que a principal vocação está no terceiro setor, em Aquiraz, onde existe um parque aquático de renome mundial e o setor de comércio e serviços respondia em 2000 por mais de 7000 empregos. No ano 2000, Aquiraz era o quarto destino turístico do estado do Ceará (CARDOSO, 2002). Além dos parques aquáticos, o município conta com hotéis, SPA (o único do estado), restaurantes e casas de camping. Além disso, algumas de suas praias contam com barracas para atender aos visitantes hospedados no município ou residentes na capital que comercializam comidas e bebidas bem junto ao mar.

O setor industrial ainda é tímido em relação aos outros municípios da RMF, havendo uma importante fábrica de aguardente, uma de cervejas e outra de massas. Além dessas, está em construção um parque industrial. No mais, o municípios contam com indústrias de porte médio espalhadas por seu território.

Cardoso (op. cit.) conta que o setor agropecuário tem como atividade mais importante a produção de cana-de-açúcar, do coco da baía e de mandioca, além de frutas como acerola, manga, goiaba, caju, dentre outras. Aquiraz tem se destacado ainda na produção intensiva de aves e ovos, e extensiva na criação de bovinos, suínos e ovinos. Existem ainda atividades de caça e extrativismo vegetal, praticada por moradores do município e geralmente para consumo próprio. Há também uma vasta pesca artesanal, principalmente nos portos do Iguape, Prainha e Batoque.

O IPLANCE apud Cardoso (2002) afirma que a vocação econômica do município esta expressa em três níveis:

Alta prioridade: agricultura com as atividades de cultivo de caju de sequeiro, cana de sequeiro, coco irrigado, coco de sequeiro e mandioca de sequeiro. E na agroindústria a fabricação de aguardente, conservas de caju, conservas de (outras) frutas e hortaliças e também o processamento e beneficiamento da rapadura.

Média Prioridade: agricultura através da cultura da batata doce e goiaba de sequeiro. Na agroindústria o abate, processamento e beneficiamento de carnes bovina e de aves. No extrativismo e silvicultura, a pesca artesanal e na pecuária as atividades de piscicultura, suinocultura, avicultura, bovinocultura e criação de cavalos de raça.

Baixa Prioridade: agroindústria através das atividades de conservas e derivados de carnes e gorduras comestíveis, fabricação de ração e alimentos preparados para animais, preparo do pescado/fabricação de conservas, e na pecuária o beneficiamento e ovinocultura, piscicultura isolada intensiva, caprinocultura de corte e leite. (p. 27-28)

Apesar de cerca de 90% da população de Aquiraz ser considerada urbana (IBGE, 2000), o município tem importante vocação rural, as atividades agropecuárias são praticadas de forma difusa em todo o território municipal, onde não há vilas e essas atividades estão presentes. As atividades do primeiro setor são praticadas principalmente nas áreas assentadas sobre os tabuleiros pré-litorâneos. As propriedades são quase todas de médio e pequeno porte, sendo as últimas praticantes, geralmente, de mais de uma cultura.

Não pode ser identificada uma significativa continuidade de propriedades produtoras de uma mesma cultura, não havendo setores distinguíveis onde se pratique determinada atividade. O que predomina é a policultura de produtos agrícolas e pecuários, geralmente consorciados, seja para a produção comercial (nas propriedades maiores), ou para subsistência (nas de menor porte).

Segundo o IPECE (2004), Aquiraz ocupa a 11ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Municipal do Estado do Ceará, estando em posição confortável frente à realidade do estado, a proximidade à capital e as boas condições oferecidas pela natureza tem importante papel nesse quadro, muitos cidadãos aquiraenses trabalham em Fortaleza, trazendo renda para o município. A regularidade pluviométrica é boa se considerarmos o contexto do domínio das caatingas, assim os que dependem da terra e das chuvas não tem sofrido muito em Aquiraz, considerando o contexto vivido pela grande maioria dos municípios cearenses.

O município é considerado o 9º menos vulnerável às adversidades climáticas no estado (IPECE 2007). Isso não se pronuncia apenas pelo regime de chuvas local, mas pela boa disponibilidade de recursos hídricos subterrâneos, pela importante barragem do rio Catú e pela segurança hídrica proporcionada à RMF como um todo, que foi assegurada pela política estadual de gerenciamento dos recursos hídricos adotada nos últimos anos.

O distrito de Jacaúna tem uma área de 63.932.886,6773 m² (calculada por nós), e tinha 6.088 habitantes em 2000 (IBGE, 2000). Foi fundado no ano de 1893, porém sua colonização data de fins do século de XVII, concomitantemente à da sede do município de Aquiraz. O centro do Aquiraz e Iguape (vila sede de Jacaúna) disputavam a hegemonia da antiga vila de Aquiraz, a primeira câmara do Ceará teve como sede Iguape (CARDOSO, 2002). Após o estabelecimento da sede da vila em Aquiraz, Iguape cresceu em ritmo mais lento.

Jacaúna hoje possui quatro vilas junto à praia: Iguape, Presídio, Batoque e Barro Preto, e ainda o loteamento (com arruamento pavimentado pronto e casas construídas) do novo Iguape. Cada uma delas com características próprias, sendo a pesca artesanal a principal atividade econômica apontada pelos moradores, com exceção ao Presídio que tem no veranismo, o principal agente dinamizador da economia.

A ocupação urbana no distrito está situada nas tradicionais vilas costeiras de Iguape (a maior e sede do distrito), Presídio, Barro Preto e Batoque, acrescentando-se ainda o loteamento do Novo Iguape, os diversos sítios (Pequenas propriedades utilizadas para lazer e/ou pequena produção agropecuária) e os indígenas que ocupam a reserva da Lagoa Encantada.

Iguape, Barro Preto, Presídio e Batoque são vilas tradicionais, seus moradores vivem há séculos da agricultura de subsistência, pesca artesanal, caça e mais recentemente das rendas das mulheres.

A vila do Presídio sofreu alterações brutais ao ponto de os moradores tradicionais serem proprietários da minoria dos domicílios e morarem afastados da praia, isso fruto da grilagem de terras e da intensa especulação imobiliária na área que supervalorizou as terras mais próximas ao Atlântico.

Iguape e Barro Preto estão conurbadas, nessas vilas existem o comércio e os serviços mais destacados do distrito com mercadinhos, lojas, o centro das rendeiras do Iguape, restaurantes, hotéis e pousadas. A atividade industrial se restringe a pequenas fábricas de roupas e de gelo (para os pescadores). No Iguape existe um importante porto de pesca artesanal.



Figura 2 – Barracas de praia do Batoque destruídas por eventos de erosão de praia. Foto do Autor. Janeiro de 2008.



Figura 3 – Visita e conversa com habitantes da Reserva Indígena (à esquerda) dos Jenipapo-Kanindé em Jacaúna. Foto do Autor.

Batoque tem as características originais mais preservadas, pois com a criação de sua Reserva Extrativista – RESEX, praticamente não houve especulação imobiliária nesta vila. Quase não há infra-estrutura turística na vila a exceção das modestas barracas de praia (figura 2). Não existe acesso pavimentado ao Batoque, a não ser por uma estrada sem pavimentação e a única linha ônibus que liga a vila a sede do município e a capital do Estado tem veículos rodando em mau estado e por poucas vezes ao dia. Os moradores atribuem esse fato a pouca atividade turística da vila.

O novo Iguape é um loteamento recente (década de 90) que foi feito em área adequada, ou seja, sobre os tabuleiros pré-litorâneos e deve ser tomado como exemplo para futuras expansões urbanas. As ruas são pavimentadas e existe comércio suficiente para necessidades mais urgentes dos domicílios lá situados.

Os indígenas de Jacaúna tem características bem parecidas com a dos moradores tradicionais do distrito, praticando as mesmas atividades agropecuárias, tendo casas de alvenaria e pequenos comércios dentro da reserva. O modo de se vestirem no cotidiano também é semelhante ao dos moradores das áreas circunvizinhas (figura 3).

Verifica-se, em geral, na população tradicional, uma visão muito paternalista do estado, o que denota uma considerável vulnerabilidade social a novos elementos mais bem organizados como modernas atividades econômicas como o turismo de massa.

A população tem reclamado bastante da falta de apoio do poder público em áreas como segurança pública, transporte, saúde e preservação do patrimônio natural, com exceção ao Batoque onde não é difícil encontrar, mesmo que pontualmente, algumas ocupações sobre áreas de preservação permanente, conforme legislação vigente.

3.2 - Impactos do turismo litorâneo e outras atividades econômicas em jacaúna: contexto cearense

O turismo é uma atividade capitalista, e como tal é contraditória. A atividade necessita da natureza, apropriando-se dela e dos ambientes produzidos como as cidades e vilas, se referindo ao turismo litorâneo, Coriolano nos explica que:

O uso é que confere ao bem natural a categoria de recurso. A incorporação do litoral como espaço de ócio, como recurso, implicou a configuração de atividades econômicas que o transformassem em mercadoria capaz de ser consumida ou usada. Assim, passou-se a vender o sol, o mar, o verde, mas também as terras litorâneas, sendo o turismo uma forma de acumulação capitalista. (CORIOLANO, 2007 p.23)

A apropriação leva a discussão da questão da (in) sustentabilidade social, pois o turismo está sempre acompanhado de uma hipervalorização de terras, e ambiental, pois diversos tipos de

alteração na dinâmica da natureza e na qualidade de vida (muitas vezes com declínio dos níveis) das pessoas são motivados por atividades econômicas como o turismo.

O turismo se mostra nesse novo milênio como uma atividade produtiva relativamente limpa, se comparado à indústria ou agricultura, e que pode trazer desenvolvimento em forma de dinamização de economias locais e melhoria em condições básicas de infra-estrutura dos locais turísticos, além da conservação de paisagens naturais, proporcionando a manutenção de áreas não-urbanas. Ao mesmo tempo a atividade, como vêm sendo praticada no terceiro mundo, sem qualquer planejamento para gestão integrada dos lugares turísticos, vem trazendo sérios problemas sócio-ambientais para os recortes espaciais que são sobre-usados por essa atividade.

A atividade do turismo, em particular o litorâneo, se consolidou no século passado, ao ponto de já no pós-segunda guerra, investidores americanos migrarem seu capital para Cuba onde a atividade se apresentava mais rentável que no litoral densamente usado da Flórida. A revolução cubana, que estatizou investimentos privados naquele país representou centenas de milhões de dólares de prejuízos aos empresários norte-americanos. Litorais como o do mar mediterrâneo, apresentam setores com índice de urbanização de 95% (MUÑOZ, apud CORIOLANO 2007 p.31). Essas informações mostram o quão importante são os litorais em termos de turismo, lazer e moradia no mundo atual.

O capital age de forma seletiva, no turismo mais ainda, e nos últimos anos tendeu a migrar para o terceiro mundo onde as leis ambientais são mais brandas, a mão de obra mais barata e as fiscalizações mais fáceis de serem burladas. O exemplo cubano é um marco histórico, mostra que desde há mais de meio século esse movimento tem se pronunciado.

A atividade turística em países inter-tropicais, como o nosso, ocorrem principalmente nos litorais e tem trazido para eles:

Uso inadequado do solo urbano com desrespeito às normas e leis na busca de lucros fáceis; ocupações desordenadas do litoral com alterações na dinâmica costeira; descaracterização de paisagens naturais; urbanização excessiva e em lugares indevidos; construções de casas, hotéis e empreendimentos para lazer e turismo nas praias; poluição ambiental por esgotos e lixo urbano; lançamento de lixo em lagoas e rios; destruição de vegetações nativas; aterramento de mangues e lagoas; ocupação indevida dos terrenos de marinha; ocupação e desmonte de campos de dunas; alterações da linha de costa causadas pela construção de obras no litoral; erosão de praias e múltiplos impactos pela construção de empreendimentos como *resorts...* (CORIOLANO, 2007 p.33).

Nos atuais estudos sobre turismo litorâneo, cientistas de áreas como ciências sociais, Geografia e os próprios turismólogos, têm recorrentemente dedicado seus esforços de pesquisa em estudos sobre *impactos* do turismo.

Entretanto pouco se discute, mesmo de forma preliminar, o que vem a ser esse tão mencionado *impacto*, nesse texto vamos usar um princípio utilizado também por Vasconcelos (2006), quando se refere à impacto sócio ambiental do turismo, ele recorre à Física, utilizando a Lei da Ação e Reação de Isaac Newton, ou seja, a cada ação corresponde uma reação na mesma intensidade e em sentido contrário, “utilizando esse princípio podemos dizer que impacto sócio ambiental é a reação na sociedade ou no meio ambiente à uma ação humana” (VASCONCELOS, *op. cit*), usando tal conceito podem-se inferir diversas reações menores, porém serão estudados os de maior magnitude como mudanças de comportamento das sociedades e alterações sensíveis no ambiente onde elas vivem, por exemplo.

“Os núcleos habitacionais que se alocam em toda costa do Ceará são, em sua maioria, comunidades pesqueiras de pequeno porte que tinham na atividade da pesca artesanal a principal fonte de sustento da população” (VASCONCELOS, 2006), junto à atividades artesanais como a das rendeiras do Ceará, esse era o quadro geral da antiga colonização das comunidades litorâneas (vilas de pescadores) no Ceará.

Segundo Vasconcelos (2006) a recente ocupação do litoral cearense se deu cronologicamente em três períodos denominados “ondas”. Essas ondas ocorreram com certa unidade temporal nas localidades da moda à época, ou seja, essa ocupação que é motivada pelo lazer, turismo e ócio tem, em determinados intervalos de tempo, determinados recortes do espaço como sendo os mais atraentes – os “da moda”, esses recortes do espaço litorâneo, usualmente, são sobre-usados

pela atividade do turismo. Depois quando saem da moda são abandonados e escolhidos novos lugares para ocupar o lugar desses outros para o lazer e entretenimento¹.

A primeira onda da moderna ocupação iniciou-se no final dos anos 1960 estendendo-se até a década de 1980, é a chamada onda da “descoberta dos paraísos litorâneos” ela se deu pelos veranistas oriundos basicamente de Fortaleza.

Notadamente na década de 1970 o Brasil viveu o momento do milagre econômico, oitava economia do mundo, industrialização, aparecimento e/ou consolidação de algumas de suas metrópoles... Nesse contexto a classe média de Fortaleza passa a gastar suas reservas na construção e manutenção de casas de veraneio. Icaraí no município de Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, foi o primeiro dos grandes destinos da construção das segundas residências, o fenômeno se deu também em Iguape, município de Aquiraz.

Alguns dos impactos foram: entrada de mais recursos financeiros, aumento na dinâmica comercial, geração de empregos para a população tradicional. Porém essas novas residências causaram uma alteração na paisagem, a arquitetura das segundas residências era totalmente diferente da local, contrastando com as tradicionais casas dos pescadores, novos costumes e novos hábitos alimentares também foram apresentados aos antigos pescadores, rendeiras e seus filhos.

Logo após o veranismo temos a segunda onda de ocupação das comunidades litorâneas. Nesta nova onda passou-se a montar a estrutura turística propriamente dita, de novo, Icaraí e Iguape na RMF e ainda Morro Branco, Caponga, Flecheiras, dentre outros. Esse processo iniciou-se a partir dos anos de 1990.

Desta vez, além da iniciativa privada o Estado ajudou na implantação dos empreendimentos turísticos com recursos federais do programa do desenvolvimento do turismo – PRODETUR./CE . O turismo no Ceará era basicamente litorâneo, por tal razão os recursos mencionados foram usados na construção de estruturas, serviços urbanos como água, luz, telefone, saneamento básico, além da construção do novo terminal aeroportuário internacional Pinto Martins na capital cearense.

As construções de obras de infra-estrutura no litoral trouxeram melhorias nas condições de vida de alguns habitantes tradicionais das praias, no município de Aquiraz, por exemplo, os habitantes das diversas vilas que se dirigem com certa frequência para Fortaleza, contam agora com um acesso muito bom, para as praias a frequência de ônibus é de, no máximo, a cada duas horas durante o dia.

Além do mencionado houve geração de empregos diretos nos restaurantes, pousadas e hotéis para os habitantes, principalmente para os jovens que terminaram o ensino médio e tem conhecimento em informática. Os vendedores ambulantes também foram favorecidos, principalmente com o aumento do movimento nas praias.

Esses novos empregos têm seu valor social considerando-se a conjuntura, porém em entrevistas por nós realizadas em Jacaúna, pudemos perceber que os filhos dos antigos pescadores e artesãos não querem mais perpetuar a tradição dessas profissões, eles são atraídos pelos empregos do turismo e do veranismo, são hoje caseiros, camareiros, garçons, recepcionistas, jardineiros, dentre outros, e não mais pescadores de jangadas, rendeiras, bordadeiras, rezadeiras e outras.

As ocupações que alicerçaram a tradição de seu lugar são menosprezadas pelos jovens que querem trabalhar, vestir-se e falar como os habitantes dos grandes centros urbanos, por considerar tais hábitos, como socialmente mais nobres. Nesse caso as atividades de lazer e ócio têm melhorado a economia dos lugares, porém têm causado alterações na cultura das sociedades receptoras.

A terceira fase é a da identificação dos turistas ou veranistas com os lugares, esses passam agora todas as suas férias ou residem permanentemente nas vilas litorâneas. Os impactos advindos desses são uma inserção na vida política do local, se tornando contrários à empreendimentos turísticos que são potenciais perturbadores de sua quietude. Esses que antes eram turistas e veranistas, são agora residentes permanentes que se apropriam do lugar como um

¹ Essas mudanças se dão quando há a popularização do acesso e por agravamento de problemas ambientais como erosão das praias, note-se que os dois são ocasionados pelo sobre-uso e falta de planejamento.

reduto para sua tranqüilidade, pouco interessando o desenvolvimento da comunidade. O perfil dos novos habitantes é, geralmente, de estrangeiros, pessoas de outros estados, ou mesmo cearenses aposentados com poder aquisitivo superior ao dos habitantes tradicionais, revelando mais contrastes sociais para a comunidade. Esses últimos pouco tem contribuído para a comunidade, pois não trazem com eles investimento que possam gerar trabalho, renda ou melhoria nas condições infra-estruturais que são os principais aspectos positivos dessas novas ondas de ocupação do litoral cearense.

Das vilas litorâneas de Jacaúna podemos observar que a do Presídio foi tomada pelo veranismo (em maior escala) e pelo turismo de tal forma que a grande maioria das residências lá construídas não são da população tradicional. O Presídio é considerado um reduto de paz e quietude nas proximidades de Fortaleza e é tomado por segundas residências, restando apenas poucas residências de moradores nativos e um número cada vez mais reduzido de rendeiras e pescadores, pois seus filhos hoje trabalham como caseiros, esta última ocupação é apontada pelos moradores como principal fonte de emprego para os moradores tradicionais.

No Iguape e no Barro Preto ainda existem muitos pescadores e rendeiras, as duas vilas encontram-se conurbadas e tem uma vida urbana mais intensa, os aparelhos de hospedagem são acanhados, predominando os turistas que visitam a praia e retornam para sua residência no mesmo dia. O que há de estrutura para esse tipo de turista são as barracas de praia que vendem alimentos e bebidas, além do centro das rendeiras e barracão dos pescadores do Iguape, que vendem peixes frescos recém-chegados do mar.

Nas duas vilas existe ainda um número considerável de casas de veraneio, porém em proporções menores que as do Presídio. Esses veranistas aumentam o fluxo de pessoas e dinamizam o comércio local, principalmente nos feriados prolongados. Na vila sede do distrito (Iguape) a pesca é apontada pelos moradores como a principal atividade econômica, “quando a pesca vai mal o comércio do Iguape se acaba” afirma um morador da vila, poucos teimam com esta afirmativa, sendo a pesca, mesmo em declínio, ainda a maior fonte de emprego e renda das famílias lá residentes. No Iguape existem ainda um comércio considerável e as atividades relacionadas ao turismo (barracas de praia, principalmente) e veranismo (a atividade de caseiro predomina).

A vila do Batoque está em uma Reserva Extrativista – RESEX do Batoque, nela a atividade relacionada ao turismo e veranismo é quase nula, o que existem são poucas segundas residências (construídas antes da criação da RESEX) e algumas poucas barracas de praia para atender aos turistas que visitam a praia e retornam no mesmo dia as suas casas. Alguns moradores do Batoque afirmam que a criação da RESEX fez com que não houvesse investimentos para dinamizar o turismo em sua localidade, pois eles só podem ser feitos pelos próprios moradores, como determina o decreto federal que criou a RESEX, eles não dispõem dos recursos necessários, além disso, o poder público não disponibiliza condições mais favoráveis ao turismo, não existe sequer uma via pavimentada de acesso ao Batoque.

O que podemos ver é que o poder público, (governo estadual em particular) só criou facilidades infra-estruturais para os lugares do litoral que mais facilmente se tornaram mercadoria para o turismo, onde existem grandes investimentos privados, possíveis pequenos empreendedores como os do Batoque encontram-se desassistidos pelos governos no quesito de infra-estrutura. Definitivamente os pequenos investimentos não estiveram como prioridade nos planos de governo para a expansão do turismo em nosso estado, não temos conhecimento de uma única política governamental efetiva para a expansão do turismo comunitário, por exemplo, no Ceará.

3.3 - Unidades de uso e ocupação atuais

As atividades praticadas pelos homens que ocuparam Jacaúna durante sua história são dessemelhantes, porém é possível dividir o território distrital em setores segundo algumas categorias comuns de ocupação.

Os setores e as formas de ocupação de Jacaúna (Figura 6) por nós delimitados são:

3.3.1 Áreas urbanas consolidadas (Vilas)

Vilas tradicionais de Iguape (sede do distrito), Presídio, Barro Preto e Batoque; e loteamento do Novo Iguape. Áreas de densa urbanização com presença de pequeno comércio e indústria incipiente (apenas na sede). Iguape, Barro Preto e Presídio detêm considerável estrutura turística com hotéis e pousadas.

Há a presença de barracas de praia em Iguape, Batoque e Barro Preto (figura 4). No presídio os veranistas parecem a ser maioria dos proprietários de domicílios que são usados como segunda residência². Os veranistas possuem uma associação, e ficou acordado entre eles que não haveria nesta praia barracas que poderiam atrair visitantes em excesso, o que perturbaria a calma do lugar. Em contrapartida o presídio tem a maior quantidade de hotéis e pousadas do distrito.



Figura 4 – Barracas de Praia em Barro Preto. Foto do Autor.

Outra infra-estrutura turística importante é a área para a prática de *camping* localizada no Barro Preto.

3.3.2 - Setor com pouco ou nenhum uso

Áreas de praia ainda não ocupadas, margens de rios, dunas com grande declividade. Existe pequena atividade extrativista, pesca e alguns coqueirais plantados. Essas unidades geomorfológicas são áreas de preservação permanente segundo Lei Federal (Resolução CONAMA N° 303, de 20 de março de 2002).

3.3.3 - Setor de pequenas e médias propriedades (sítios e Reserva Indígena)

Áreas “cercadas” por seus proprietários, denominadas localmente de *sítios* ou *terrenos*. Os sítios com fruteiras ou servem de lazer para a população sazonal (que tem como primeira residência a capital), ou de fonte de sustento para a população fixa que pratica a policultura de produtos agropecuários para consumo próprio ou pequeno comércio, tais como: mandioca, cana de açúcar, milho, feijão, coco-da-praia, caju, criação de gado (bovino, suíno, ovino e caprino) e aves.

Essas atividades encontram-se dispersas, sendo impossível a delimitação de sub-setores. Os indígenas praticam a policultura de gêneros alimentícios, pequena caça e pesca para subsistência. Ocorre nessa área pequena atividade de mineração (areia) para a construção civil. São observadas diminutas plantações de cana de açúcar (figura 5) em regime intensivo para abastecer indústrias (sediadas no próprio município e em municípios vizinhos) de cachaça e álcool combustível para veículos.

² Para de descanso principalmente em fins de semana e feriados. As residências principais estão localizadas na capital do estado.



Figura 5 – Riacho da Encantada com planície alagadiça utilizada na plantação de capim (à frente) e cana de açúcar (ao fundo). Reserva Indígena da Encantada. Foto do Autor.

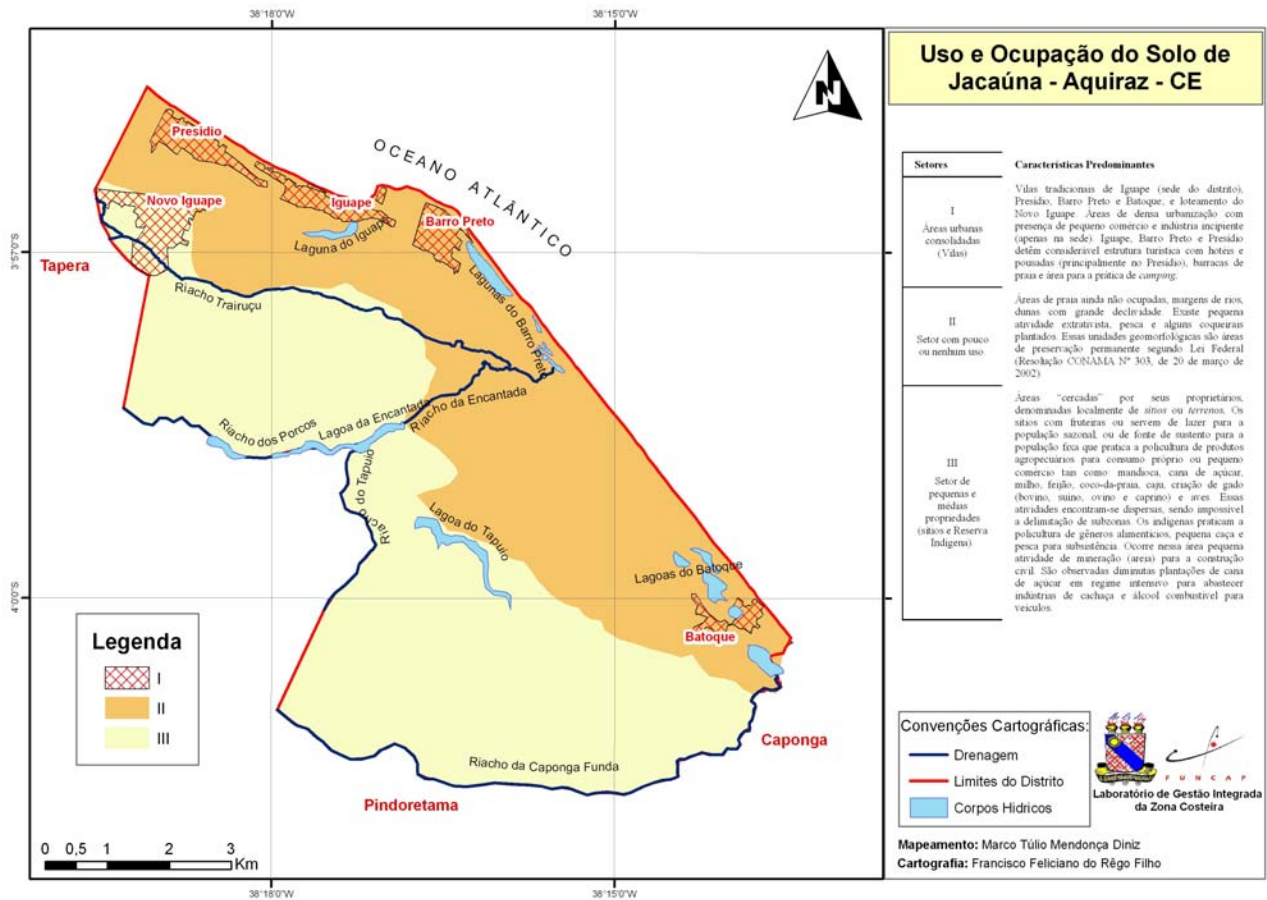


Figura 6 – Uso e Ocupação do solo de Jacaúna – Aquiraz - CE

5. CONCLUSÕES

Do ponto de vista natural o distrito de Jacaúna tem suas unidades geomorfológicas razoavelmente preservados e a vegetação, que é em parte alterada, não sofreu drástica mudança fisionômica, nem do ponto de vista de diversidade no setor II. Nos outros setores a antropização é patente e as espécies do complexo vegetal da zona costeira foram substituídas pela policultura agropecuária, com destaque para fruteiras, pastagens, coqueirais e cultura de cana-de-açúcar.

Os indígenas da reserva da Lagoa Encantada tem hábitos não muito diferentes do restante dos habitantes da região, sua alimentação, modo de produção e vestimentas não são contrastantes frente a vizinhança.

As atividades de ócio e lazer como o turismo e o lazer trouxeram com elas impactos como alteração do padrão arquitetônico tradicional e migração da população autóctone para áreas mais afastadas da praia. Esses impactos são muito evidentes em Presídio, Iguape e Barro Preto, sendo mais grave no primeiro, a vila que conserva mais sua tradição é de Batoque, tal preservação é motivada de forma evidente pela criação da Reserva Extrativista do Batoque.

Fica claro que o turismo e as atividades de ócio e lazer podem ser uma ferramenta importante para o desenvolvimento de comunidades, porém isto só se pronuncia se houver planejamento, de forma que os investimentos tomem em conta, em primeiro lugar, a melhoria da qualidade de vida dos nativos e não o aumento do lucro dos investidores. Essas novas atividades devem, antes de tudo, ser úteis na divisão ética das riquezas geradas e com respeito as peculiaridades das culturas locais. É evidente que só com a participação ativa da comunidade na decisão dos rumos do processo ela possa sair beneficiada, pois é necessária uma forma de haver adequação entre essas novas atividades econômicas e as já existentes nas comunidades litorâneas tradicionais.

-
1. BRASIL. Resolução CONAMA Nº 303, de 20 de março de 2002. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 de março de 2002.
 2. CARDOSO, E. S. *Análise das Condições Ambientais do Litoral de Iguape e Barro Preto – Aquiraz – Ceará*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2002.
 3. CORIOLANO, L. N. M. T. Turismo e Meio ambiente: Interfaces e perspectivas. In: CORIOLANO, L. N. M. T. & VASCONCELOS, F. P. (orgs.). *O Turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências*. Fortaleza: EdUECE, 2007.
 4. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2000: Resultados do universo**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2000ru.asp?o=4&i=P>. Acesso em: 26 de setembro de 2007.
 5. _____. **Manual Técnico de Uso da Terra**. 2. Ed. Rio de Janeiro, 2006.
 6. IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) – Ceará 2004**. Fortaleza, 2004.
 7. _____. **Índice Municipal de Alerta (IMA): UM Instrumento para orientações preventivas sobre as adversidades climáticas estado do ceará – 2007** Fortaleza, 2007.
 8. UNESCO. **Instrumentos y Personas para una Gestión Integrada de Zonas Costeras**. Guia Metodológica – Volumen II. COI, Manuales y Guías nº42, 2001.
 9. VASCONCELOS, F. P., *Os Impactos Sócio Ambientais e a Sustentabilidade do Turismo*. Curso Turismo de inclusão, fascículo 11. Fortaleza: O Povo, 2006.